



UNIBALSAS
Faculdade de Balsas

MORAES, Maristela Maria de¹
TELLES, José Carlos da Silva²

PROUNI: UMA POLÍTICA PÚBLICA SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Resumo: Pretende-se com este texto debater sobre política pública educacional, sobretudo no que tange a democratização do acesso ao Ensino Superior, tomando como referência o programa Universidade Para Todos – ProUni, que tem como objetivo oferecer bolsas de estudos para alunos sem diploma de nível superior em universidades privadas. Para isso, o trabalho está embasado na metodologia de pesquisa bibliográfica qualitativa e busca demonstrar a importância de relacionar e discutir o ProUni através da perspectiva da Educação Popular com base no referencial teórico de Paulo Freire. A estrutura teórica principal desse texto está baseada nas obras *Pedagogia do Oprimido* (1987) e *Educação e Mudança* (2014). Optou-se por esse prisma tendo em vista o contexto sociopolítico brasileiro marcado por propostas de reformas estruturais que afetam diretamente a educação brasileira, sobretudo as camadas populares. Desse modo, ao perceber na obra de Paulo Freire uma estreita ligação entre educação e política, da mesma forma que a educação como elemento de conscientização, considera-se importante incluir o ProUni nas discussões sobre Educação Popular em nível superior, pois essa política pública se apresenta como possibilidade aos alunos para compreender a sua realidade, tomar consciência social e política e ter acesso à educação historicamente reservada aos grupos dominantes.

Palavras-chave: Política pública; ProUni; educação popular.

Abstract: The purpose of this paper is to discuss public educational policy, specially regarding the democratization of access to higher education, taking as a reference the governmental program “University For All” (ProUni) which offers scholarships for students in graduation degree in private universities. Therefore, the work is based on the methodology of qualitative bibliographical research and seeks to demonstrate the importance of relating and discussing ProUni through the perspective of Popular Education based on the theoretical reference of Paulo Freire. The main theoretical structure of this text is based upon the works *Pedagogy of the Oppressed* (1987) and *Education and Change* (2014). This prism was chosen in view of the Brazilian sociopolitical context marked by proposals for structural reforms that directly affect Brazilian education, especially for the popular classes. Thus, in perceiving in Paulo Freire’s work a close connection between education and politics, education as an element of awareness, it is considered important to include ProUni in the discussion on Popular Education at the higher level, since this public policy presents itself as a possibility for students to understand their reality, take social and political awareness and have access to education historically reserved for dominant groups.

Keywords: Public policy; ProUni; popular education.

1. INTRODUÇÃO

O Programa Universidade Para Todos – ProUni é um programa criado através da Medida Provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004, posteriormente convertida na Lei 11.096 de 2005. Este programa faz parte de um conjunto de políticas que visavam à redução das desigualdades de acesso ao Ensino Superior, por meio da oferta de bolsas de estudos

¹Pós-doutoranda em Educação nas Ciências PNP/DCapes – Unijuí. Doutora em Educação nas Ciências – Unijuí. Mestre em Educação nas Ciências – Unijuí. Licenciada em Letras Português e Literaturas – Unijuí. Endereço eletrônico: <marimmm1@hotmail.com>

²Mestre em Educação nas Ciências – Unijuí. Licenciado em Letras – Português e Literaturas - UFSM. Endereço eletrônico: <jcarlostellles2@gmail.com>

para alunos sem diploma de nível superior em universidades privadas. Tal ação governamental pode ser considerada um marco na história da educação em nível superior no Brasil, já que possibilitou o desenvolvimento de uma política pública em favor de estudantes, cujas famílias tenham renda *per capita* não superior a um salário mínimo e meio, ou seja, os estudantes beneficiados por essa política pública, considerando-se o nível de ingresso, são oriundos de grupos populares. A partir disso, poderia o ProUni ser considerado uma política pública de Educação Popular? Para responder a esse questionamento é importante que se tenha claro o que é política pública e o que se entende por Educação Popular, conceitos que serão desenvolvidos no decorrer do texto.

Além disso, destaca-se que este texto se propõe a estabelecer uma discussão sobre o ProUni através da perspectiva da Educação Popular, com base nos estudos de Paulo Freire, considerando os aspectos de superação do *status* quo presente na pedagogia Freiriana.

2. CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas entendidas como área do saber, de acordo com a tradição europeia, destinavam-se prioritariamente ao estudo do Estado, sua função e suas instituições. Por sua vez, a vertente norte-americana, especificamente os EUA, concentrou seus estudos nas ações dos governos, Souza (2006). A partir disso, a análise das decisões de governos passa a ser estudada por métodos científicos e, torna-se objeto de atenção de diversos autores ao longo dos anos.

Contudo, não há uma única definição do que seriam políticas públicas, mas sempre estão relacionadas com as ações dos governos, de modo que a compreensão atualmente “mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (SOUZA, 2016, p. 24). Além disso, pode-se afirmar que a resposta para essas indagações leva em conta as ideologias, visões de mundo e interesses, influências de grupos e movimentos sociais.

Essa influência de grupos e movimentos sociais em governos é recente, ocorre a partir do século XVII, quando começam a surgir “sementes do liberalismo nas críticas ao excessivo controle estatal da economia e na reivindicação de o cidadão poder questionar a legitimidade do poder real” (ARANHA, 1989, p. 131). Nesse período, também se soltavam as amarras do dogmatismo que impossibilitava a dúvida, surgia a modernidade e com ela o germen da política pública como área do saber.

É relevante a contextualização, do papel que a ciência passou a exercer a partir da modernidade. Tal entendimento permite compreender a política pública de modo mais amplo, estruturada no campo científico, especialmente, no campo das ciências humanas. Sob esse viés:

O conhecimento não se funda na interpretação intelectual dos fenômenos, mas na determinação de transformá-los para, a partir de então, dominá-los. O fenômeno do conhecimento realiza-se à medida que ele é produzido pelo homem com o recurso da dupla instrumentalidade: da hipótese conceitual e do instrumento científico que a encarna e materializa. Os fenômenos são tecnicamente constituídos; não são dados, mas resultados; não se descrevem, mas se produzem (MARQUES, 1993, p. 42).

Desse modo, a ciência na modernidade passou a assumir uma posição de destaque, de modo que é através dela que o homem pretende dominar os fenômenos ou criá-los, assim como é a partir dela que passa a interferir, planejar e atuar nas ações de Estados.

No que diz respeito a essas ações de Estados, conforme Höfling (2001), faz-se necessário perceber a diferença entre Estado, governo e política. De modo que, o Estado se configura em “instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo” (HÖFLING, 2001, p. 31).

Enquanto que, o governo pode ser considerado como o conjunto de propostas que um grupo da sociedade propõe para os demais integrantes dessa mesma sociedade, para executá-las

em um período previamente estipulado. Por sua vez, políticas públicas são as ações do Estado, na execução das propostas do governo por meio de programas, ou iniciativas para setores determinados da sociedade (HÖFLING, 2001). É importante, no entanto, não confundir políticas públicas com política, ainda que haja uma estreita relação entre elas. Assim, entende-se por política:

A ordenação institucional, segundo recursos de autoridade, dos interesses sociais em disputa, independentemente das fórmulas de competição particulares adotadas e quaisquer que sejam os fundamentos materiais e ideais dos interesses concretos envolvidos. Por outro lado, quando me refiro à “políticas públicas” (ou simplesmente “políticas”), tenho em mente as traduções técnico-rationais de soluções específicas do referido jogo de interesses da política (REIS, 1989, p. 1).

Com isso, ratifica-se a compreensão de que as políticas públicas estão relacionadas, além das bases científicas, com procedimentos administrativos do Estado, ou seja, com a implementação dos projetos de governo. Dessa forma, infere-se que as políticas não estão imune de interesses e influências sociais, embora esteja organizada por estruturas de poder.

Com o amadurecimento dessa compreensão, verificou-se nos Estados Unidos a utilização de métodos científicos para estudar as ações dos governos. De acordo com Souza (2006), a ideia de que seria possível analisar cientificamente o que os governos fazem, como e por quê, tornou-se uma subárea da ciência política, as políticas públicas. Inclusive um grupo composto por cientistas políticos, matemáticos, engenheiros e analistas de sistema, “influenciados pela teoria dos jogos de Neuman, buscava mostrar como uma guerra poderia ser conduzida como um jogo racional” (SOUZA, 2006, p. 23).

Esse é um ponto de vista acerca do conceito de políticas públicas, certamente há outros, contudo, é a partir desse enfoque que se verifica a possibilidade de relacionar o ProUni com a Educação Popular. Dessa maneira, se faz necessário uma retomada do que foi e como se deu o movi-

mento de Educação Popular no Brasil.

3. O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

A partir da década de 1950 iniciou-se no Brasil, um intenso movimento social político e cultural de Educação Popular, conforme Aranha (1989), dentre esses se destacaram o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), os Centros populares de cultura (CPC), Movimentos de Cultura Popular (MPC) e Movimentos de Educação de Base (MEB). Esses movimentos eram norteados pela ideia de repensar a cultura brasileira, promover a conscientização a respeito dos reflexos da política, da economia e as desigualdades sociais.

No bojo dessas discussões, Paulo Freire “se tornou protagonista de uma ação (e, depois de vários livros) que foi se constituindo na ‘Pedagogia de Paulo Freire’ ou ‘método Paulo Freire’. Pedagogia libertadora, pedagogia problematizadora, pedagogia conscientizadora, pedagogia popular” (GHIRALDELLI, 2009, p. 106). Dessa maneira, com a contribuição fundamental de Paulo Freire consolidou-se essa perspectiva de educação que “não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade” (FREIRE, 2014, p. 38), mas sim a possibilidade do homem transformar sua a realidade para ser mais.

A Educação Popular no Brasil emergiu em um contexto político social de pré-ditadura militar. Desse modo, por considerarem subversiva a sua pedagogia, logo que ocorre o Golpe Militar de 1964 Paulo Freire “é preso e passa 14 anos exilados, inicialmente no Chile e depois como ‘cidadão do mundo’” (ARANHA, 1989, p. 268). O resultado do exílio de Freire acaba repercutindo de maneira contrária ao que se esperava, a produção e os ideais de Educação Popular ganham reconhecimento em países como Chile, Suíça, Itália, Guiné-Bissau, Angola, entre outros.

Quando se utiliza em educação o termo “popular”, conforme Figueiredo (2009), se remete às classes populares, ou seja, aos grupos sociais menos favorecidos. Neste sentido, “educação popular” pode ser compreendida como a

educação para aqueles que historicamente foram postos à margem dos processos de educação formal do Estado. Esse grupo de indivíduos colocados à margem da educação, geralmente era constituído por trabalhadores rurais e moradores das periferias de urbanas que não tiveram oportunidade, por vezes, sequer de alfabetizarem-se.

A palavra “popular” é utilizada, quando vinculada a propostas de cunho educativo, às classes sociais populares historicamente não inseridas nos processos de escolarização do ensino formal estabelecido pelo Estado. O “popular” da educação seriam aquelas massas populares economicamente desfavorecidas, que por conta da miséria econômica da sociedade desigual em que vivem, são excluídas dos programas de Educação instituídos pelo ensino formal (FIGUEIREDO, 2009, p. 55).

A Educação Popular, de acordo com Figueiredo (2009) é a impulsão para a tomada de consciência e um caminhar em direção ao pensamento crítico, no intuito de transformar as relações de classes sociais, isto é, a Educação Popular busca modificar a compreensão do mundo posto, desconstruir a compreensão de que as desigualdades existem porque o mundo é assim. A Educação Popular objetiva colocar a todos na sua devida condição de humano, portanto iguais independentemente de posição de classe social.

A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem injusta” que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos (FREIRE, 1987, p. 30).

Desse modo, a Educação Popular emancipadora, que permita o discernimento político

e social fundamental pode ser uma alternativa para romper com o senso comum, que conforme Bonnewitz (2003) é um conjunto imposto de opiniões sobre a realidade social que nos cerca, no entanto que podem apresentar falsas evidências dessa realidade. Essas concepções, já postas, de mundo são construídas, por exemplo, pelos meios de comunicação em massa que, por vezes, tentam conduzir seu público na direção de seus ideais políticos, sem, contudo, possibilitar qualquer discernimento. É um direcionamento que consiste simplesmente na aceitação passiva do que se vê na televisão, no rádio ou nos jornais, sem reflexão a respeito do seu lugar no mundo.

Conforme Freire (2014, p. 40), “quanto mais dirigidos são os homens pela propaganda ideológica, política ou comercial, tanto mais são objetos e massas”, por essa razão a educação conscientizadora surge como possibilidade de transformação do mundo imposto. Aparece como um rompimento, que pode contribuir para amenizar a dominação exercida sobre as classes oprimidas, além de favorecer a percepção de que “ação e reflexão sobre a realidade [...] implica indubitavelmente um conhecimento da realidade” (FREIRE, 2014, p. 25-26). Isso significa que, para o indivíduo compreender a sua realidade ele necessita perceber de que maneira ele está inserido nela e como ocorrem as relações sociais nesse contexto. Dessa forma, a reflexão crítica conscientizadora permite, conforme Henriques e Torres (2009), uma compreensão mais abrangente da realidade, constituindo-o sujeito de emancipação.

Sob esse aspecto, entende-se que a partir da Educação Popular o aluno pode relacionar a educação formal com seu contexto de vida e assim contribuir para a construção dialógica da conscientização tendo em vista que essa possibilita a inserção “no processo histórico, como sujeito, evita fanatismos e o inscreve na busca de sua afirmação”, no contexto do mundo (FREIRE, 1987, p. 24).

Ressalta-se que os primeiros projetos de Educação Popular destinaram-se à alfabetização de adultos, trabalhadores rurais ou urbanos que se encontravam em situação de desfavorecimen-

to social, conforme Aranha (1989). Porém, a partir da década de 1970 a filha de Paulo Freire, Madalena Freire, “trabalhou com os ensinamentos de seu pai com pré-escolares e alunos pré-adolescentes” (GHIRALDELLI, 2009, p. 138) por meio de um trabalho conjunto com a pedagogia de Paulo Freire e Celestin Freinet, que se tornou possível por quê:

Ambas deixaram claro que suas intenções eram verter as teorias escolanovistas em benefício da construção de uma educação para os setores mais amplos da população, o que na época o jargão político denominava de “classes populares”. Apesar do ideário de Freire ser, antes de tudo, uma “pedagogia da conscientização”, enquanto a pedagogia Freinet se inseria no âmbito das teorias educacionais que adotavam o trabalho como princípio educativo fundamental – daí a imprensa escolar como elo entre a atividade da criança e a possibilidade de aquisição de conteúdos do saber universal -, a ligação entre tais pedagogias não foi arbitrária (GHIRALDELLI, 2009, p. 138).

Dessa forma, a experiência pioneira de Madalena Freire associou a pedagogia de Freire com a pedagogia de Freinet, aquele com uma questão teórica voltada para a educação de adultos, sua conscientização diante do mundo e este com uma educação, que embora fosse voltada para crianças, compreendia a necessidade da participação ativa do educando.

Assim, a partir desse elo entre a educação de adultos e educação de crianças se torna possível pensar em uma Educação Popular que permita a construção de bases para gradativamente possibilitar a compreensão do mundo a partir do lugar do educando nele. Essa compreensão é relevante, pois não considera a educação como um produto pronto e acabado, mas um processo em permanente construção e desconstrução, que leva em conta a realidade do educando, o seu ponto de partida para o aprendizado.

4. PROUNI EM UMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO POPULAR

A partir dessas questões, considera-se importante incluir o ProUni nas discussões so-

bre Educação Popular, uma vez que a partir desse programa o aluno pode ter a possibilidade de acesso ao Ensino Superior. Isso pode constituir um fator fundamental para o exercício da cidadania em sociedades globalizadas (ROTTA et al., 2012). O simples acesso aos níveis de ensino está mais relacionado com a democracia do que com a Educação Popular, isso está claro, mas a ideia de considerar o ProUni, como Educação Popular não é apenas em razão da formação superior, mas da possibilidade de retomada da cultura das classes oprimidas, pois, conforme Freire (1987), a opressão não se dá apenas economicamente, mas culturalmente, de modo que do oprimido é retirada sua expressividade, sua cultura.

No contexto atual do país, é possível perceber muitas críticas relativistas sobre as políticas públicas vigentes. Essas críticas, em alguns casos, são baseadas em informações tendenciosas de alguns veículos de informação, no intuito de exercer uma coerção sobre as massas populares, assim como receber apoio para ações falsamente democráticas. O que nos remete a Freire (2014) quando diz que “quanto mais dirigidos são os homens pela propaganda ideológica, política ou comercial, tanto mais são objetos e massas” (p. 40).

Nesse sentido, a Educação Popular emancipadora, que permita o discernimento político e social fundamental pode ser uma alternativa para romper com o senso comum, que conforme Bonnewitz (2003) é um conjunto imposto de opiniões sobre a realidade social que nos cerca, no entanto que podem apresentar falsas evidências dessa realidade. Esse rompimento pode contribuir para amenizar a dominação exercida sobre as classes oprimidas, além de favorecer a percepção de incoerências como, por exemplo, manifestações sociais solicitando intervenção militar.

Desse modo, tomando como referência o que Figueiredo (2009, p. 55) escreve, é importante identificar a interface do ProUni com a Educação Popular, sob o ponto de vista da história da educação, no Brasil:

A palavra “popular” é utilizada, quando vinculada a propostas de cunho educativo,

às classes sociais populares historicamente não inseridas nos processos de escolarização do ensino formal estabelecido pelo Estado. O “popular” da educação seriam aquelas massas populares economicamente desfavorecidas, que por conta da miséria econômica da sociedade desigual em que vivem, são excluídas dos programas de Educação instituídos pelo ensino formal.

Um exemplo em que se poderia identificar o ProUni como Educação Popular é em reunião de associações de moradores de bairros ou comunidades carentes. No momento em que essas pessoas se reúnem para discutir acerca dos problemas daquela comunidade, um morador participante da reunião que seja aluno de um curso superior ao unir seus conhecimentos acadêmicos em determinada área com os conhecimentos dos demais moradores poderia contribuir para sua formação como sujeito social e com a transformação daquela realidade.

É importante deixar claro que não se tem a intenção nesse texto de apresentar o conhecimento acadêmico como superior a outros conhecimentos, ou ainda que ele seja determinante para a ação social. O que se pretende é salientar o contexto histórico-social do estudante beneficiado pelo ProUni, tendo em vista que a “ação e reflexão sobre a realidade [...] implica indubitavelmente um conhecimento da realidade” (FREIRE, 2014, p. 25-26), isso quer dizer, que o aluno ao agir em determinado campo social que se percebe inserido pode ter sua reflexão favorecida. Dessa forma, a ação terá um significado bastante diverso do que para um aluno que não se identifique com aquele contexto social.

Além disso, busca-se enfatizar o rompimento, pelo menos em parte, do ciclo dos vestibulares seletivos e exclusivos economicamente, conforme Brandão (2009). A partir do ProUni, o filho de uma família popular pode ser professor universitário, médico, engenheiro etc. mas sobretudo, ele tem a possibilidade de desenvolver no meio acadêmico a reflexão crítica conscientizadora que lhe permite, conforme Henriques e Torres (2009), uma compreensão mais abrangente da realidade, constituindo-o sujeito de emanci-

pação.

Com base nessa experiência, o aluno pode relacionar a educação formal com seu contexto de vida, uma vez que “quando o homem compreende sua realidade pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções” (FREIRE, 2014, p. 38).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, esse texto teve como objetivo trazer para o debate acadêmico questões referentes as políticas públicas, mas especificamente o ProUni, ao mesmo tempo que visou a estabelecer uma relação entre esse programa de acesso ao Ensino Superior e a Educação Popular.

Nesse sentido, as políticas públicas podem ser compreendidas, embora seu conceito seja bastante abrangente, como as diversas atividades dos governos que influencia a vida dos cidadãos. O que implica dizer, no que tange o ProUni, que esse Programa de Universidade para Todos e que tem como objetivo o acesso ao Ensino Superior pelas camadas populares influencia diretamente na vida dos beneficiados, bem como de seus familiares.

Desse modo, foi possível perceber que a criação do ProUni se constitui em momento marcante na Educação Popular no Brasil sob a perspectiva freiriana. Essa política pública é uma conquista popular por representar a queda da opressora barreira invisível, que mantinha os grupos minoritários a uma distância contemplativa das universidades.

Por isso, é importante considerar o ProUni, e debatê-lo, como Educação Popular pois, esse programa, apresentado como uma política pública de democratização do acesso ao Ensino Superior contribui para a construção do saber, da conscientização, da formação do sujeito. Contribuições que não se findam naquele que frequentou as classes acadêmicas, ao contrário, o saber adquirido pode ser compartilhado e dessa forma gerar outros saberes, estabelecendo uma conexão entre a educação formal e a realidade social, política e cultural configurando-se dessa forma em Educação Popular.

Esses grupos, “os oprimidos, historicamente deslocados para os bastidores da vida social” (JÚNIOR; TORRES, 2009, p. 28), puderam contar com o olhar e ação do Estado, no sentido de identificar as condições de dominação a que este grupo social estava submetido e agir de modo a amenizá-la. O requisito econômico elencado para alcançar o benefício da bolsa integral do ProUni pode nos direcionar às seguintes reflexões: caso não houvesse essa política uma família com renda de até um salário mínimo e meio iria priorizar para seu filho concluinte do Ensino Médio: ingressar em um curso superior ou no mercado de trabalho para auxiliar na renda familiar? No caso de priorizarem a primeira opção, o estudante de escola pública teria as mesmas condições daquelas que estudaram em escolas privadas e em cursos preparatórios?

Esses questionamentos nos permitem refletir sobre a importância das políticas públicas no acesso ao Ensino Superior por alunos de baixa renda. Assim como a relação entre política pública e Educação Popular. Todavia, ressaltamos que embora percebamos a estreita relação entre Educação Popular e o ProUni, também reconhecemos algumas lacunas que o programa apresenta, principalmente no que se refere às políticas de permanência no Ensino Superior, além da necessidade de uma maior fiscalização nos critérios estabelecidos para a inserção no programa.

Diante disso, entendemos ser relevante considerar os pontos positivos dessa política, uma vez que ela contribui com o acesso à educação, mas mais que isso, pois permite que o sujeito, até então excluído, possa fazer parte da universidade e tenha a possibilidade de refletir sobre a realidade em que vive de maneira crítica e participativa.

6. REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1989.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Aprender a saber com e entre outros. In: ASSUNÇÃO, Raiane (Org.). **Educação Popular na Perspectiva Freiriana**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

FIGUEIREDO, Daniel Augusto de. História da educação popular. Uma leitura crítica. In: **Educação Popular na Perspectiva Freiriana**. ASSUNÇÃO, Raiane (Org.). São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação e mudança**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HENRIQUES, Lucas Fernando César; TORRES, Michelangelo Marques. Potencialidades do Círculo de Cultura na Educação Popular. In: **Educação Popular na Perspectiva Freiriana**. ASSUNÇÃO, Raiane (Org.). São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. **A história da Educação Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. 2001. In: **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>. Acesso em 12 de junho de 2016.

JÚNIOR, Israel Pacheco; TORRES, Michelangelo Marques. Atualidade do pensamento de Paulo Freire na Educação Popular. In: **Educação Popular na Perspectiva Freiriana**. ASSUNÇÃO, Raiane (Org.). São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

MARQUES, Mario Osorio. **Conhecimento e modernidade em reconstrução**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1993.

REIS, Elisa Pereira. Políticas e Políticas na Tran-

sição Democrática. 1989. **Rev. Bras. Ci. Soc.** v.3 n.9 Rio de Janeiro fev. 1989. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=228:rbcscs-09&catid=69:rbcscs&Itemid=293. Acesso em 12 de junho de 2016.

ROTTA, Edegar; VITCEL, Marlise Sozio; ANDRIOLI, Antônio Inácio. A Universidade Federal Fronteira Sul e sua experiência de inclusão por meio da instituição das cotas sociais. In: LUFT, Hedi Maria; FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca; CASAES, Juliana Borba (Org.). **Freire na agenda da educação**. Inclusão e emancipação – educação de jovens e adultos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas. Uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em 11 de junho de 2016.